

# Dossiê Especial

## O Trabalho no Ensino Superior

arquivos analíticos de  
políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,  
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 28 Número 16

20 de janeiro de 2020

ISSN 1068-2341

## Concepções, Aproximações e Afastamentos de Docentes Universitários em Relação ao Movimento Sindical

*Michelle Karoline Pereira da Silva*



*André Rodrigues Guimarães*

Universidade Federal do Amapá  
Brasil

**Citação:** Silva, M. K. P. da, & Guimarães, A. R. (2020). Concepções, aproximações e afastamentos de docentes universitários em relação ao movimento sindical. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(16). <https://doi.org/10.14507/epaa.28.4934> Este artigo faz parte do dossiê especial, *O trabalho na educação superior*, editada por Deise Mancebo, Kátia Maria Teixeira Santorum, Denise Bessa Léda, e Carla Vaz dos Santos Ribeiro.

**Resumo:** O objetivo deste estudo é analisar o processo de aproximação e afastamento dos docentes universitários do movimento sindical, particularmente no caso de dirigentes do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (SINDUFAP), Seção sindical do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES-SN), destacando a concepção de sindicato que eles defendem no contexto de transformações implementadas por governos neoliberais no Brasil. No âmbito da pesquisa social, este trabalho configura-se como pesquisa de campo, com natureza exploratória. Os sujeitos que participaram da pesquisa foram docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP, de 1994 a 2018. Evidencia-se, de modo geral, que as problemáticas impostas ao sindicalismo dos docentes, bem como as motivações de aproximação e afastamento do movimento sindical, articulam-se às questões mais

amplas das políticas neoliberais implementadas em âmbito nacional, que acarretam consequências negativas que precisam ser refletidas acerca dos limites (e possibilidades) do sindicalismo de modo geral. No bojo das motivações de aproximação e afastamento do sindicato, estão as concepções de sociedade, universidade e sindicato defendidas pelos docentes, ainda que também se registrem outras questões internas da organização que precisam ser enfrentadas.

**Palavras-chave:** Sindicato; Educação Superior; Concepção; ANDES-SN; SINDUFAP

### **Conceptions, closeness and distance of professors in relation to the Trade Union Movement**

**Abstract:** The objective of this study is to analyze the process of closeness and distance of professors from the trade union movement, particularly in the case of union leaders from Federal University of Amapá Professors Trade Union (SINDUFAP), Trade Union Section of the National Union of Professors of Institutions of Higher Education (ANDES-SN), highlighting the syndicate conception that they defend in the context of transformations implemented by neoliberal governments in Brazil. The research is classified as a field research, with an exploratory nature. The subjects who participated in the research were professors who worked in the executive direction of the trade union from 1994 to 2018. It can be said that the problems imposed on trade unionism, as well as the motivations for closeness and distance are articulated with the broader issues of neoliberal policies implemented at national level which have negative consequences which need to be reflected about the limits (and possibilities) of trade unionism in general. In the core of the motivations to closeness and distance of the trade union are the conceptions of society, university and syndicate defended by the cited professors, even though other internal questions from the organizational issues need to be addressed.

**Keywords:** Trade Union; Higher Education; Conception; ANDES-SN; SINDUFAP

### **Concepciones, aproximaciones, y distanciamiento de docentes universitarios en relación al Movimiento Sindical**

**Resumen:** El objetivo de este estudio es analizar el proceso de aproximaciones y distanciamientos de los docentes universitarios del movimiento sindical, particularmente en el caso de dirigentes de sindicato de los docentes de la Universidad Federal de Amapá (SINDUFAP), sección sindical del sindicato nacional de los docentes de las Instituciones de Enseñanza superior (ANDES-SN), destacando la concepción de sindicato que los mismos defienden en el contexto de transformaciones implementadas por gobiernos neoliberales en Brasil. En el ámbito de la investigación social se configura como investigación de campo, con naturaleza exploratoria. Los sujetos que participan de la investigación fueron docentes que actuaron en la dirección ejecutiva del sindicato de 1994 a 2018. Se evidencia, de modo general, que las problemáticas impuestas al sindicalismo de los docentes, como las motivaciones de aproximaciones y distanciamientos del movimiento sindical, se articulan con cuestiones mas amplias de las políticas neoliberales implementadas en el ámbito nacional que implica consecuencias negativas que precisan ser reflejadas acerca de los límites (y posibilidades) del sindicalismo de modo general. Las motivaciones de aproximación y distanciamiento del sindicato estan en las concepciones de sociedades, universidad y sindicato defendidas por los docentes, aunque también se registran otras cuestiones internas de organización que precisan ser enfrentadas.

**Palabras-clave:** Sindicato; Educación superior; Concepción; ANDES-SN; SINDUFAP

## Introdução

As transformações no modo de produção incidem diretamente sobre a classe trabalhadora e suas diferentes maneiras de organização (movimentos sociais, sindical, político etc.), tanto em países do centro quanto nos da periferia<sup>1</sup> do capital, como é o caso do Brasil. Assim, as mudanças ocorrem no modo de produção bem como na correlação de forças entre capital e trabalho.

Essas transformações colaboram para o amplo processo de exploração da força de trabalho com consequências negativas para a classe trabalhadora, que envolvem altos índices de desemprego (com aumento de um “exército” de reservas); a precarização das condições de trabalho; o rompimento com a política sindical; a flexibilização dos vínculos empregatícios com a terceirização e empregos temporários; dentre outras realidades que atingem a vida e a sobrevivência dos trabalhadores.

Diante dos ataques contra a classe trabalhadora, os sindicatos tornam-se instrumentos organizativos importantes de luta contra essas políticas opressoras. E, no limite, atuam para impedir que a burguesia<sup>2</sup> leve às últimas consequências seu projeto de sociedade, que passa pela subjugação da classe trabalhadora. É imprescindível, assim, que o movimento organizado seja coletivo e antissistêmico.

Como exemplo de movimento organizado e orgânico na luta contra o sistema capitalista, têm-se a experiência do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES-SN) e suas seções sindicais. O ANDES-SN foi criado em 19 de fevereiro de 1981, como Associação Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior (ANDES), em Campinas, Estado de São Paulo, pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários. Tanto seu nascimento quanto o nome da Associação foram aprovados por ampla maioria de votos dos delegados participantes daquele Congresso.

O Sindicato Nacional nasceu calcado em uma firme organização das Associações Docentes (ADs). As primeiras ADs surgiram em meados da década de 1970, em várias universidades brasileiras, com a perspectiva de defesa das condições de trabalho, valorização docente e das instituições universitárias. Isso colocava tais organizações em confronto com as medidas autoritárias do regime ditatorial militar (1964-1985). Para Navarro (2001), a criação da ANDES está diretamente relacionada à luta dos docentes pela democratização das universidades e da sociedade, com a expressa defesa da educação pública como direito social, bem como às reivindicações por melhores condições de trabalho, salário e carreira docente. Nesse sentido, vale destacar algumas de suas características, como a integração com outras entidades representativas de docentes, trabalhadores e demais setores sociais; a luta pela redemocratização do país; a campanha nacional em defesa e ampliação da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

A ANDES constituiu-se em Sindicato Nacional sete anos depois de sua fundação, em 26 de novembro de 1988, passando a ser designado como ANDES-SN. Isso não ocorreu antes em função da proibição de associação sindical de servidores públicos. Promulgada a Constituição Federal de 1988, conforme o artigo 8º da Carta Magna, passa a ser livre a associação profissional ou sindical

---

<sup>1</sup> Fernandes (1995) apresentou, em suas pesquisas, a realidade brasileira estruturada pela Lei do desenvolvimento desigual e combinado. Ele se utilizou do conceito de “capitalismo dependente” para tratar sobre a existência da natureza histórica de formação e desenvolvimento do capitalismo em países localizados na “periferia” do sistema, como é o caso do Brasil.

<sup>2</sup> De modo geral, os burgueses são proprietários dos meios de produção que vivem da exploração da grande massa da população. Os proletários, por seu turno, são os que dispõem de sua força de trabalho, sua capacidade de produzir na sociedade do capital, ou seja, o produto do trabalho do proletário passa a ser apropriado pelos burgueses (Antunes, 1985).

também no serviço público. Cabe observar que, mesmo antes de ser oficialmente um sindicato, a ANDES já se organizava como tal – a consigna de “Associação” se deu fundamentalmente como forma de burlar a legislação autoritária e anti-sindical naquele contexto.

A constituição do ANDES-SN se diferencia das organizações sindicais de docentes da educação básica brasileira. O ANDES-SN congrega professores do setor público (das redes federais, estaduais e municipais) e da iniciativa privada<sup>3</sup> – os docentes da educação básica se organizam em sindicatos municipais, estaduais ou regionais, com separação também entre as esferas públicas e privadas, que se organizam nacionalmente em confederações específicas. Sua formação como sindicato nacional foi opção política dos docentes que constituíram a Associação, em 1981, bem como na sua transformação em Sindicato, a partir de 1988. Em ambos momentos também houve proposta de construção de Federação, que reuniria as Associações Docentes ou sindicatos locais.

Prevaleceu, em ambas, a rejeição à estrutura federativa, como expressão do processo de rompimento com o verticalismo da velha estrutura sindical. Constituiu-se uma organização totalmente diferente da tradição sindical brasileira, um sindicato nacional com seções sindicais autônomas organizadas nos locais de trabalho. As associações de docentes deveriam ser transformadas em seções sindicais. Deixariam de ser regidas por estatutos, pois haveria um único estatuto nacional e passariam a ter regimentos. (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [ANDES-SN], 2008, p. 7).

Essa concepção de organização sindical fundamenta-se na perspectiva do “novo sindicalismo”, que ganha força no país na década de 1980 (Antunes & Silva, 2015). Em tal concepção, reivindica-se a constituição de sindicatos classistas, autônomos e independentes do Estado e da burguesia, em contraposição ao sindicalismo colaboracionista e tutelado pelo poder estatal vigente até então. Conforme destacam Bauer, Diniz e Paulista (2013), o novo sindicalismo representava a atuação de sindicatos identificados com lutas para além de interesses específicos das categorias, com pautas mais amplas, considerando uma postura combativa e reivindicatória da democracia e da liberdade sindical. A maior expressão nacional desta concepção se efetivou com a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

Como parte do processo de consolidação do ANDES-SN, e alinhada à sua concepção de organização, a partir da deliberação congressual, em 1990, instalou-se, no âmbito do movimento docente nacional, a Campanha de Expansão do ANDES-SN, tendo como principal coordenador o Grupo de Trabalho de Política Sindical (GTPS). Este GT, para além da missão de expansão do Sindicato Nacional, objetivou responder politicamente às agressões que o movimento docente sofria. Os docentes lutavam para consolidar os princípios de autonomia e democracia que embasam sua luta organizada contra o imposto sindical e a revogação do princípio constitucional que impedia a livre organização dos trabalhadores.

Parte da referida Campanha concentrou-se na constituição de Seções Sindicais nas instituições de ensino superior em que não havia formas de organização ligadas ao Sindicato Nacional. Essa configuração deveria ser conduzida a partir das Secretarias Regionais do ANDES-SN, com estreita colaboração de material de apoio ou de presença de seus membros onde fosse possível. A esse respeito, o GTPS se propôs elaborar panfletos e cartazes explicativos sobre o que era o ANDES-SN.

---

<sup>3</sup> Desde 2009, o ANDES-SN está impedido de representar legalmente docentes da educação superior privada, situação ocasionada por impasses jurídicos e administrativos com outras entidades sindicais desse setor. Tal situação provisória poderá ser resolvida por acordo entre as partes ou por decisão judicial.

Como um dos resultados desse trabalho de expansão do Sindicato Nacional, em 1994 ocorreu a fundação do Sindicato dos Docentes da Universidade Federal do Amapá (SINDUFAP)/Seção Sindical do ANDES-SN. Vale elucidar que o processo de criação desta Seção Sindical se deu em uma conjuntura complexa que marca os anos da década de 1990, com amplo ataque à educação pública e aos direitos sociais do conjunto da classe trabalhadora. Destacamos que o êxito desse movimento decorreu fundamentalmente da conjunção de interesses internos de docentes da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e a iniciativa do Sindicato Nacional. Em agosto de 2019, o SINDUFAP registrou 213 filiados, sendo 96 do gênero feminino e 117 do gênero masculino, 45% e 55% respectivamente. Dados oficiais da UNIFAP indicam que em tal ano a instituição possuía 714 docente ativos, sendo 327 mulheres e 387 homens, respectivamente 46% e 54%. Esses dados evidenciam que quase 30% do total de docentes da universidade são sindicalizados na Seção Sindical do ANDES-SN. Ao considerar o processo de formação e consolidação do referido sindicato, o objetivo deste estudo é analisar o processo de aproximação e afastamento dos docentes universitários do movimento sindical, particularmente no caso de dirigentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, destacando a concepção de sindicato que eles defendem no contexto de transformações implementadas por governos neoliberais no Brasil. Para tanto, inicialmente discutimos acerca do sindicalismo docente brasileiro no âmbito das políticas neoliberais e a desestruturação do trabalho, que acabam incidindo sobre o movimento sindical no intuito de contextualizar a temática proposta neste estudo. Procuramos, em seguida, descrever o percurso metodológico realizado, com destaque para as etapas empreendidas, caracterizando os sujeitos participantes da pesquisa. Depois apresentamos os resultados empíricos obtidos por meio da pesquisa de campo e, por fim, tecemos algumas considerações.

### **Sindicalismo Docente Brasileiro no Âmbito das Políticas Neoliberais e Desestruturação do Trabalho: Dimensões Contextuais**

A instituição da Seção Sindical do ANDES-SN na UNIFAP se deu no contexto da implementação das políticas neoliberais no Brasil. Esse período marca o início dos ataques aos direitos sociais, no contexto das transformações na organização produtiva no país, com a crescente flexibilização das relações laborais e da produção em si. Também é elemento característico desse processo, constituindo-se como indispensável para o êxito desse projeto, a implementação de medidas legais, com forte aparato ideológico, que buscam alterar a correlação de forças entre as classes sociais, para intensificar a exploração da força de trabalho.

Nesse sentido, o êxito das reformas neoliberais perpassa pelo enfraquecimento dos sindicatos classistas e pelo fortalecimento da perspectiva sindical colaboracionista. Assim, a partir da década de 1990, intensifica-se o embate em torno da concepção de organização sindical. Isso também se manifestará no âmbito do movimento docente da educação superior, particularmente a partir do governo Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), iniciado em 2003.

Behring (2008), para analisar a implementação das políticas neoliberais no Brasil, evidencia que a conjuntura econômica dos anos de 1980 apresentou o recrudescimento do endividamento externo e consequências como o aprofundamento das dificuldades de formular políticas econômicas de impacto nos investimentos e na redistribuição de renda. Para a autora, um elemento importante, para compreender a crise do Estado brasileiro nesse período, é a estatização de dois terços da dívida externa que ocorreu a partir de 1978-1979.

O caminho adotado pelo Estado ao longo da década de 1980 foi de emissão de títulos, o que elevou os juros, alimentando o processo inflacionário. A inflação saltou de 91,2%, em 1981, para 217% em 1985, que conduziu ao empobrecimento generalizado, à crise dos serviços sociais públicos,

ao desemprego, à informalização da economia, ao favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. A mesma autora reforça ainda que

[...] as políticas de estabilização no Brasil dos anos 1980 foram de fôlego fraco e, portanto, tiveram pouca capacidade de reverter a crise desencadeada no início da década. Assim, a década de 1980 terminou com uma situação econômica vizinha à hiperinflação, mesmo tendo o país vivido numa espécie de ajuste fiscal permanente seja pelo lado do gasto (1980-84), da receita (1986 e 1990) ou do aumento da dívida interna (1987-89 e novamente 1991-92). (Behring, 2008, pp. 136-7)

Do ponto de vista econômico, tem-se um país destruído pela inflação, fermento para a possibilidade da hegemonia neoliberal; paralisado pelo baixo nível de investimento estatal; sem solução consistente para a questão do endividamento; com situação social grave. Assim, ao longo dos anos de 1980, o Estado brasileiro apresentou dificuldades como a intensa centralização administrativa; a hipertrofia e distorção organizacional; a privatização expressa na vulnerabilidade aos interesses dos grandes grupos econômicos conduzindo a processos de readequação da burguesia local com a internacional.

Esse cenário foi propício à implementação da hegemonia neoliberal no Brasil, cujas políticas, para Maciel (2013), apresentam contornos e versões diferenciadas, isto é, moderadas ou extremadas. O referido autor define cada uma e indica os governos em que se materializaram:

[...] entendemos por extremada a versão mais radicalizada do neoliberalismo, marcada pela privatização do setor produtivo estatal, pela transferência para o mercado do controle e da regulação de setores econômicos essenciais, como no caso das agências reguladoras; pela desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas; por cortes significativos nos gastos sociais públicos e no serviço público. No Brasil, historicamente, tais elementos caracterizam especialmente os governos Collor (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). (Maciel, 2013, p. 2)

Para tanto, a demarcação dessas políticas no Brasil são iniciadas no governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) com continuidade nos governos que o sucederam. Conforme Lima (2007), o governo de Collor esteve alinhado ao *Consenso de Washington*<sup>4</sup>, com as chamadas “reformas estruturais”, com liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais.

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o neoliberalismo esteve presente na contrarreforma<sup>5</sup> do Estado e nos ajustes da política econômica e social aos princípios neoliberais, com forte ataque aos direitos sociais.

Para o movimento sindical, isso implicou na necessidade de organização, mobilização e construção de novas metodologias de resistência. O cenário de ajustes estruturais do modelo de política neoliberal adotado no governo FHC fez, dentre outras coisas, com que se tivesse a imagem “de um movimento sindical acuado diante de uma situação de perdas constantes, tentando resistir às

---

<sup>4</sup> O “Consenso de Washington” foi resultado de reunião realizada em 1989, conduzida pelos EUA e por organismos financeiros (FMI, BM e BIRD), com objetivo de propagar as concepções neoliberais, para “combater” a crise e a miséria dos países da periferia do capital, sobretudo os da América Latina. Suas recomendações incidiam sobre: Reforma fiscal; Política de Privatizações; Redução fiscal do Estado e Abertura comercial (Amaral, 2003).

<sup>5</sup> Crítica teórica ao termo reforma, o discurso de reforma do Estado se fundamenta em elementos de ajustes fiscais, escamoteia os reais interesses com a “reforma”, esse termo seria mais aceitável socialmente (Behring, 2008).

propostas da flexibilização dos direitos trabalhistas e de desregulamentação do sistema de relações de trabalho” (Martins & Rodrigues, 1999, p. 160). Conforme Boito (1999), a década de 1990 foi um período difícil para o sindicalismo no Brasil, tendo em vista as mutações no processo produtivo e a adoção de políticas neoliberais. Desse modo, essa nova realidade tornou o “novo sindicalismo” mais defensivo e acentuou-se um quadro crítico para o sindicalismo brasileiro.

[...] Enquanto nos anos 80 o sindicalismo brasileiro caminhou em boa medida no contrafluxo das tendências críticas presentes no sindicalismo dos países capitalistas avançados, já nos últimos anos daquela década, entretanto, começavam a despontar as tendências econômicas, políticas e ideológicas que foram responsáveis na década dos anos 90 pela inserção do sindicalismo brasileiro na onda *regressiva*. (Antunes, 2009, p. 235, grifos do autor)

Vale destacar o papel da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na conjuntura dos anos de 1990 e a concepção de sindicato que a sustentava. A CUT, na década anterior, tinha um sindicalismo combativo, maior expressão do novo sindicalismo, sendo referência das lutas populares e inimiga pública dos governos (Boito, 1999). Nos anos da década de 1990, no entanto, ela passou a adotar uma perspectiva de sindicalismo propositivo, segundo a qual “a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista [...] e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado” (Boito, 1999, p. 131).

Maciel (2010, p. 130) também constata que a CUT “abandonou a perspectiva contestatória e classista e a oposição à estrutura sindical” que havia apresentado nos anos da década de 80, assumindo uma postura de negociação e de defensiva diante da ofensiva contra os direitos trabalhistas e sociais. A adoção do sindicalismo propositivo, por parte da CUT, conduziu, segundo Boito (1999, p. 142), a Central a uma prática hesitante, por vezes contraditória, que, no geral, figurava-se como uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder, a duras penas. Em síntese, a CUT abandonou a luta prática contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e não assumiu o combate e a denúncia contra a política neoliberal. Ainda que a conjuntura fosse desfavorável ao movimento sindical, imputando-lhe recuo, “ela não obrigava a deserção nessa matéria”.

Ao fazer inferência sobre a concepção de sindicato em disputa, em 1991, no governo de Collor, teve-se a criação de uma nova central sindical, a Força Sindical. Autodenominada de “sindicalismo de resultados”, em que se assume abertamente em seu discurso, seu programa e sua ação prática a defesa das principais ideias da política neoliberal (Boito, 1999). Seus dirigentes revelam uma atuação governista, de apoio total à ideologia neoliberal com adesão passiva por parte dos trabalhadores. Este modelo de sindicalismo, de atuação governista e passiva, proposto pela Força Sindical, apresenta como defesa eixos da ideologia e da política neoliberal, como a desregulamentação do mercado de trabalho, com consequências negativas para a classe trabalhadora, bem como o apoio aos processos de privatização.

Nos governos de Lula da Silva (2003-2010), houve continuidade às políticas adotadas pelos governos anteriores, no entanto em versão moderada, com conciliação das classes, favorecendo o grande capital com políticas sociais compensatórias, bem como com a cooptação dos movimentos sociais e organizativos (Lima, 2007). Nesse contexto,

[...] o governo Lula, iniciado em janeiro de 2003, conferiu ao programa neoliberal e aos interesses do grande capital a ele associados uma legitimidade não vista desde meados dos anos 90 [...] Esta situação nos permite afirmar que, com o governo Lula, a hegemonia neoliberal atingiu uma qualidade superior, combinando a aplicação de uma política econômica favorável ao grande capital com políticas sociais

compensatórias que conferem ao governo enorme apoio popular, além de cooptar grande parte dos movimentos sociais e suas organizações e de impor à esquerda socialista uma situação de fragmentação e isolamento político, também inédita. (Maciel, 2010, p. 121)

O governo Lula aplicou a versão moderada do neoliberalismo durante seus mandatos, política que já havia sido conduzida por Fernando Henrique Cardoso, ganhando “maior organicidade e abrangência” (Maciel, 2010, p. 121). Esse fenômeno se percebe pela “manutenção do núcleo duro da política econômica neoliberal”, por meio do “regime de metas de inflação, política de superávit primário, taxas de juros elevadas, câmbio valorizado” e ao aprofundar e ampliar políticas sociais compensatórias, como “Bolsa Família, Fome Zero, valorização do salário mínimo, entre outras” (Maciel, 2010, p. 122).

Para a organização sindical, o caráter contraditório do governo Lula produziu um cenário complexo, confuso e ambíguo. Ademais, a conversão de lideranças sindicais nos quadros do governo foi decisiva para impedir uma postura mais independente e crítica por parte de algumas centrais sindicais (M. C. P. Guimarães, 2016). Esta situação se colocou de modo mais evidente através da CUT, que adotou uma postura de forte sintonia com o governo. Algumas orientações práticas no campo das políticas sociais de atuação propositiva fizeram com que as duas maiores Centrais Sindicais do país, instituídas em tempos históricos e projetos distintos, se aproximassem no governo Lula:

como no Conselho Nacional de Seguridade Social, que gere o programa Fome Zero; evitando ações de maior enfrentamento, como greves e manifestações mais amplas (o que teve particular repercussão por ocasião do encaminhamento da reforma da Previdência); ensaiando críticas pontuais a aspectos da política econômica, particularmente quanto aos juros elevados; e contra a flexibilização e retiradas de direitos, se esforçando para evitar a pecha de “sindicalismo oficial” (principalmente a CUT) (Araújo & Oliveira, 2014, p. 55)

Nos governos de Lula o movimento sindical não conseguiu pautar o debate político como antes, desde a crise que se abateu sobre o sindicalismo brasileiro a partir de 1990. No entanto, ainda que as capacidades de mobilização, representação e articulação com os objetivos das condições dos trabalhadores no Brasil tenham sido afetadas, vale evidenciar a construção de outros polos de resistência da própria classe trabalhadora. Como forte exemplo dessa forma de conceber o processo de organização da classe, foi constituída a Coordenação Nacional de Lutas – CONLUTAS.

A CONLUTAS representa um sindicalismo classista, autônomo e combativo de organizações e movimentos sociais do campo e da cidade, que busca, dentro das suas ações, seu programa e seu discurso, potencializar as lutas antineoliberais. Seu surgimento, em 2004, foi resultado da unidade de setores do movimento sindical que se opunham às contrarreformas aplicadas pelo governo de Lula da Silva. Em 2010, durante o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), constitui-se enquanto Central Sindical e Popular, isto é, CSP-CONLUTAS (M. C. P. Guimarães, 2016). A entidade defende a autonomia e a independência em relação a Estado, governos e partidos políticos. Privilegia a luta da classe trabalhadora, bem como a sua unidade para enfrentar as políticas neoliberais e toda forma de exploração e opressão para construir uma sociedade socialista governada pelos trabalhadores.

O ANDES-SN não ficou inerte nesse processo. As transformações no sindicalismo brasileiro, particularmente no âmbito da CUT, foram acompanhadas e objeto de debates no âmbito do movimento docente. Como parte desse processo, em 2005, durante seu 24º Congresso, o ANDES-SN aprovou sua desfiliação da CUT, em função do abandono do projeto classista e

combativo que marcou a origem dessa Central. Em meio ao aprofundamento das reformas neoliberais com ataques aos direitos sociais (como exemplo, a Reforma da Previdência, a proposta de reforma Sindical, a liberação dos transgênicos, a Lei de Falências e a Lei das Parcerias Público-Privadas, bem como ataques ao caráter público da educação), constava-se a “completa adaptação da CUT a esse cenário e a essa perspectiva que pretende não combater, mas gerenciar” (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [ANDES-SN], 2005, p. 89).

A saída da CUT foi acompanhada de encaminhamentos para o fortalecimento do sindicalismo combativo. Assim, ainda em 2005, o ANDES-SN aprovou a necessidade de fortalecer o campo sindical classista. Nas deliberações dos congressistas, isso passava pela construção da CONLUTAS e de outros espaços autônomos e combativos da classe trabalhadora brasileira.

Outra implicação central desse processo, que evidenciava também a autonomia do movimento sindical docente protagonizado pelo ANDES-SN em relação aos governos petistas, foi o ataque do governo federal na própria organização sindical no âmbito da educação superior. Nesse sentido, merece destaque a criação de outra entidade para representação dos docentes federais da educação superior. Até o governo Lula “o ANDES-SN foi o único representante sindical dos docentes de instituições federais de ensino superior” (Mattos, 2013, p. 141), sendo uma organização historicamente construída, de maneira autônoma, pelos docentes. Assim,

[...] face à manutenção da linha política de autonomia sindical frente ao governo, setores que antes se apresentavam como oposição no interior do sindicato se constituíram em dissidência e por sua iniciativa foi criado o Proifes, contando com forte apoio governamental e da Central Única dos Trabalhadores (a maior central sindical do país, da qual o ANDES-SN se desligou em 2005, por discordar de seu atrelamento ao governo). A nova entidade se apresentou inicialmente como um fórum, que logo buscou transformar-se em federação de sindicatos e recebeu, para tanto, respaldo do Ministério da Educação (sempre sendo convocado para mesas de negociação) e do Ministério do Trabalho (que acolheu seus pedidos de reconhecimento) (Mattos, 2013, p. 141)

O Fórum Nacional dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), foi criado em 2004. Conforme registro em seu sítio oficial, a entidade surgiu do anseio de professores e professoras por “uma renovação do movimento docente e por uma organização que realmente representasse seus interesses, tanto nos assuntos relativos à carreira, salário e melhores condições de trabalho, quanto na busca por uma educação nacional de qualidade” (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico [PROIFES-FEDERAÇÃO], 2019).

Em julho de 2012, o PROIFES transformou-se em “Federação Nacional”, passando a se chamar Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES-FEDERAÇÃO). Os princípios apresentados pela referida Federação Nacional são pluralidade, descentralização, independência e democracia. Destacam-se, também, que o movimento é orientado pelo diálogo, negociação, sem marcas dos partidos políticos, sendo “contrária à costumeira política de utilizar os docentes como massa de manobra para objetivos partidários, e de deflagrar greves como condição preliminar – não como último recurso” (PROIFES-FEDERAÇÃO, 2019).

Vale aqui destacar que o surgimento do PROIFES-FEDERAÇÃO se deu por iniciativa de docentes do grupo político que perdeu a disputa eleitoral para a direção do ANDES-SN, em 2004. Tratavam-se de membros da chapa “Outra ANDES é possível”, que se apresentava como oposição nas eleições sindicais sob o argumento de divergências políticas e de diferenças no campo da concepção sindical.

O “inimigo”, nesse contexto, está além da aparência de um mero problema doméstico. Pois, durante uma das maiores greves dos docentes, em 2012, o MEC concedeu ao PROIFES o direito de participar como representação sindical, primeiramente em um grupo de trabalho e, depois, nas negociações da greve, o que deixou evidente a relação umbilical entre PROIFES e MEC (Mattos, 2013).

Compreendemos que essas ações, que visavam ao paralelismo sindical no interior do movimento docente, foi a expressão do processo geral de ataques do governo com vistas à destruição da resistência dos trabalhadores da educação diante das demandas do capital. Haja vista que jamais, em toda a história do movimento sindical docente, viveu-se tamanha interferência de governo na organização e na representação sindical dos professores (Mattos, 2013).

Portanto, é preciso compreender, como aspecto analítico no campo da luta política que buscou gerar uma “crise de representação” dos docentes por dentro do movimento sindical, aspectos mais gerais como a crise do próprio sistema capitalista; o reordenamento provocado por esse sistema na relação capital-trabalho; os efeitos da adaptação estatal no serviço público e nas organizações de seus servidores; a influência que o capital passou a exercer dentro da categoria de docentes universitários, a partir da introjeção da lógica mercantil no ensino público.

Em síntese, “a adesão do governo do PT (Partido dos Trabalhadores) ao neoliberalismo moderado esvaziou significativamente a perspectiva anti-autocrática e anti-neoliberal alimentada pelo conjunto da esquerda e pelos movimentos sociais nos últimos 20 anos” (Maciel, 2013, p. 1). E, diferentemente, de governos anteriores, as políticas adotadas nos governos de Lula estimularam as disputas no meio sindical e, no caso específico das instituições federais de ensino superior (IFES), utilizou-se abertamente do PROIFES.

Sguissardi (2009, p. 215) constata que [...] não prevaleceram políticas heterodoxas na economia ou antineoliberais em qualquer campo da administração pública, mas, sim, uma clara continuidade das políticas do *octênio* anterior, tanto no campo da macroeconomia, dos compromissos com o mundo financeiro, quanto nas alianças políticas com partidos de centro e de centro-direita. [...] O fiel pagamento da dívida pública (principalmente a externa) com elevação do superávit primário para tanto; as taxas de juros básicos, a reforma da Previdência que feriu interesses de aliados históricos dos mandatários e as concessões doutrinárias e ideológicas em campos essenciais da administração pública.

Fica evidente que as políticas neoliberais são avassaladoras para a organização da classe trabalhadora. Passam como “rolo compressor” sobre os direitos sociais e a adesão por parte de um partido político que, historicamente, esteve ligado às camadas populares de resistência ativa contra esse modelo que esvaziou a perspectiva antineoliberal da esquerda, contribuindo para seu esfacelamento.

Esse fato evidenciou o que se viveu durante as eleições presidenciais de 2010, com a esquerda brasileira pulverizada, candidaturas com projetos mais à direita, bem como as alianças por parte do PT, para sua manutenção no poder, com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB; Maciel, 2010).

Após fortes embates e uma eleição acirrada, em 2011 iniciou-se o período do terceiro mandato presidencial do PT com Dilma Rousseff (2011-2014). Configurou-se como uma nova fase do neoliberalismo no Brasil, “marcada pelo acirramento dos elementos mais repressivos e exclusivistas da dominação burguesa, com necessárias consequências no plano da luta política e no próprio conteúdo da hegemonia burguesa” (Maciel, 2013, p. 1).

Em um cenário de crise econômica mundial do capital, com destaque para a crise imobiliária ocorrido nos Estados Unidos da América em 2008, e sinais de esgotamento da estratégia de fortalecimento do mercado interno, que buscava manter os índices de crescimento econômico,

Dilma recorreu ao modelo neoliberal extremado, o que elucida o compromisso do governo com os interesses do grande capital, especialmente com o capital financeiro:

[...] Frente às dificuldades econômicas manifestas na piora das contas nacionais, no aumento da inflação, na redução do ritmo de crescimento do PIB e na queda da produção industrial, o governo reagiu cortando gastos, subindo juros, privatizando e aprofundando a simbiose entre acumulação privada e recursos públicos, acirrando o caráter neoliberal da política econômica e operacionalizando politicamente o encaminhamento de medidas anti-populares que o governo anterior não foi capaz de realizar. Exemplos disto são a nova reforma da previdência dos servidores públicos, o novo código florestal e a reforma política. (Maciel, 2013, p. 3)

Fica claro o compromisso dos governos petistas com o neoliberalismo (moderado ou extremado), o que coloca aos trabalhadores a necessidade de romper com essa política viciosa que tem pautado a história do Brasil nas últimas décadas. A categoria dos docentes da educação superior, conforme se percebe por meio de suas pautas reivindicativas e de seus planos de lutas, procurou frear a implantação de tais políticas. Vale ressaltar que o aprofundamento da crise econômica mundial do capital de 2008 chegou aos países sul-americanos em 2013. Esse fenômeno, aliado aos protestos de massa do mesmo ano, “eliminou progressivamente as condições necessárias à manutenção do ‘lulismo’ e à sua estratégia de conciliação de classes” (Mancebo, 2017, p. 879), o que evidenciou a incapacidade de manter essa estratégia como alternativa econômica, política e social.

A recorrência de protestos em massa desde 2013, a reeleição apertada de Dilma Rousseff em 2014, a desintegração da base governista no Congresso Nacional e a adoção de um ajuste fiscal que protegia as elites econômicas em 2015 foram sinais do encerramento do ciclo “lulista” da economia política brasileira, ou seja, do fim desse ciclo político de conciliação de classes no Brasil.

Sinteticamente, esse era o tenso quadro interno que o país vivia e, a partir da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em finais de 2014, um golpe parlamentar-judicial-midiático começou a ser urdido: o impeachment da presidenta, ocorrido em 31 de agosto de 2016. (Mancebo, 2017, pp. 877-878)

Mancebo (2017) elucida a complexa conjuntura político-econômica vivenciada no país em 2016, em que se encerra o período do “lulismo”. No plano econômico, “tem-se uma crise capitalista mundial, ou uma crise orgânica e geral do capitalismo, cujo marco foi em 2008” e, do ponto de vista político, “o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, deixando o país nas mãos de um governo ilegítimo, que tem à frente o vice-presidente Michel Temer”, encerrando, assim, 12 anos do “lulismo” no Brasil (Mancebo, 2017, p. 876).

O novo governo liderado por Michel Temer (2016-2018), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), deixa claro a sua postura conservadora e a retomada até às últimas consequências das políticas neoliberais extremadas. Em 29 de outubro de 2015, Temer apresentou sua plataforma para o pós-impeachment, ao lançar o documento “Uma ponte para o futuro”, que “em tom messiânico, se propôs a buscar a união dos brasileiros de boa vontade” (Mancebo, 2017, p. 879).

“Uma ponte para o futuro” foi o programa político apresentado pelo governo Temer com vistas a aprofundar o papel do Estado Mínimo, com incremento da participação da iniciativa privada, a flexibilização do mercado de trabalho, a ampliação da concorrência internacional etc. Isto evidencia que o programa, na verdade, significava um retrocesso nas conquistas alcançadas pela classe trabalhadora brasileira.

Mancebo (2017, p. 880) clarifica a materialização desse programa, que nada mais é do que a evidência de um neoliberalismo extremado:

[...] um novo regime orçamentário, com a desvinculação de todas as receitas — o que seria o fim de todo o modelo de financiamento da educação e da saúde pública brasileira; o fim da política de valorização do salário-mínimo, desvinculando-o da inflação; a eliminação da indexação de qualquer benefício, inclusive aposentadorias, ao valor do salário-mínimo; o ataque aos direitos trabalhistas, encarados como custos empresariais que devem ser reduzidos para que sobrem recursos para serem acumulados; a reforma na Previdência Social, apresentada como uma das fortes responsáveis pela crise fiscal; o incremento das privatizações, em que se pode esperar o fim do regime de partilha e o controle da Petrobras, do Pré-Sal e a venda de ativos da Caixa Econômica e do Banco do Brasil e política e comércio internacionais, em que o papel do Mercosul e dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) será minimizado, submetendo o país às parcerias transatlânticas e transpácificas lideradas pelos EUA, as quais dão privilégio aos investidores estrangeiros, agredindo a soberania e a proteção socioambiental brasileira.

Para Chaves, Reis e A. R. Guimarães (2018), as medidas tomadas pelo novo governo aprofundam a retirada de direitos sociais ao subtrair orçamento social e atender ao capital com o pagamento de juros e amortização da dívida pública. Esses autores destacam, nesse processo de adoção de políticas neoliberais extremadas, a “Reforma Trabalhista implementada, a proposta de Reforma da Previdência que tramita no Congresso Nacional e, particularmente, a Emenda Constitucional no 95/2016, que impacta diretamente no orçamento das políticas sociais” (Chaves, Reis & A. R. Guimarães, 2018, p. 4).

Assim, a continuidade da política neoliberal adotada desde 1990, “cuja pedra angular é o pagamento da dívida pública por meio do superávit primário e das chamadas medidas de ajuste”, marcam que os governos, desde FHC, Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, que tiveram como ponto em comum a preocupação em garantir a rentabilidade do capital financeiro nacional e internacional (Chaves et al., 2018, p. 10).

Os mencionados autores esclarecem ainda que:

[...] No Brasil, a adoção dos princípios neoliberais, ao final do século XX, representa a manutenção do processo histórico de submissão/dependência internacional, construído a partir de acordos/consenso com a burguesia brasileira. Como característica nova, tal processo traz a redefinição do caráter social do Estado e o ajuste aos novos ditames do capitalismo em crise. (Chaves et al., 2018, p. 3).

A adoção dos princípios neoliberais, além de representar o processo histórico do Brasil de submissão e dependência em relação ao capital internacional, revela as marcas da política adotada pelos governos de desestruturação social, acelerado aumento do desemprego e sociedades desiguais, usurpação de direitos sociais conquistados, disseminação do individualismo etc.

Vale destacar que os servidores públicos (que também compõem a classe trabalhadora) são negativamente impactados. Essas políticas também desregulam, intensificam e precarizam o trabalho no setor público. Com isso, os docentes das instituições públicas de ensino superior também enfrentam mudanças nas relações trabalhistas, previdenciárias e sofrem arrocho salarial (A. R. Guimarães, 2014).

Maciel (2013) elucida questões que são desafiadoras para a organização e a resistência do conjunto da classe trabalhadora quando o governo, independentemente do partido, criminaliza suas reivindicações. E o cenário atual, em tempos de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), é de profunda desmobilização, de ataque, de desrespeito, de exploração e de medidas abusivas contra os

trabalhadores. Nesse horizonte, é necessária a unidade da classe trabalhadora para resistir, lutar, mobilizar, consciente e ativamente, contra toda forma de opressão.

Diante do exposto, evidenciamos o contexto das políticas neoliberais no Brasil, que incidem sobre o movimento sindical dos docentes federais e acarretam em muitos desafios e problemáticas. Dessa maneira, a ação sindical é fundamental para a efetivação de perspectivas contra-hegemônicas, a manutenção dos direitos dos trabalhadores e, no limite, a resistência às ofensivas neoliberais. Ademais, cabe a reflexão analítica dessas ofensivas (problemáticas) impostas ao sindicalismo de docentes da educação superior, considerando os motivos que levam os sujeitos a se aproximarem, atuarem ou, mesmo, afastarem-se do movimento docente. Antes de realizar tal análise, procuramos descrever a abordagem e os procedimentos metodológicos, considerando o perfil dos sujeitos participantes da pesquisa.

## **Abordagem e Procedimentos Metodológicos**

No âmbito da pesquisa social, como evidenciamos nas linhas introdutórias, este estudo se configura como pesquisa de campo, com natureza exploratória. A pesquisa de campo consiste em coletar “informações e/ou conhecimentos sobre um problema para o qual se procura uma resposta, ou para uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou relações entre eles” (Marconi & Lakatos, 2017, pp. 75-76).

Para Marconi e Lakatos (2017), este tipo de pesquisa requer três fases. Assim, inicialmente foi realizado levantamento e estudo bibliográfico sobre o tema. Em seguida foi realizada a coleta de dados com aplicação de questionário misto e realização de entrevista não-diretiva. Na etapa final foi realizada a análise e interpretação dos dados.

A aplicação do questionário teve o objetivo de identificar o perfil dos sujeitos; os motivos para se aproximarem, atuarem e/ou se afastarem do movimento sindical; e a seleção dos sujeitos que participaram da entrevista não-diretiva. Vale ressaltar que o “questionário é aplicado a um conjunto de pessoas escolhidas por diversos procedimentos em função de critérios de representatividade da população global objeto de investigação” (Thiollent, 1982, p. 33). A seleção dos sujeitos não obedece a uma regra mecânica, mas supõe a sua disponibilidade de participação, além de ser o resultado “de uma avaliação de relevância ou da representatividade social (não estatística) das pessoas” (Thiollent, 1982, p. 34).

A entrevista não-diretiva teve o objetivo de aprofundar qualitativamente a investigação por meio de eixos temáticos. Esta técnica de pesquisa trata de “explorar o universo cultural próprio de certos indivíduos em referência às capacidades de verbalização específica do grupo ao qual pertencem, sem comparação com outros grupos” (Thiollent, 1982, pp. 80-81).

A técnica empregada para a análise dos dados foi a análise do discurso, com base nos postulados de Bakhtin (2006). Esse autor compreende que a linguagem é de natureza social, ou seja, ela é construída socialmente, sendo ligada às estruturas sociais.

Dos 36 docentes que compuseram a Diretoria Executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, de 1994-2018, 27 responderam ao questionário. Os questionários foram enviados aos sujeitos por meio de *link*, tanto por e-mail quanto por aplicativo de mensagem WhatsApp, gerado na plataforma “Formulários Google”.

Dos 24 docentes que demonstraram disponibilidade/interesse em participar da entrevista, selecionamos 11 sujeitos. Para essa seleção, optamos por não fazer a diferenciação dos professores dirigentes por cargos exercidos ou por gestão, pois a partir das atas de fundação do sindicato e de posse dos docentes dirigentes, identificamos que muitos participaram de diferentes gestões, exercendo inclusive diferentes funções.

Ressaltamos que a escolha de um número menor de docentes que participaram dessa etapa da pesquisa tratou-se pela representatividade desse grupo sobre o assunto estudado. Não se trata, portanto, de “amostragem, mas sim da seleção dos indivíduos em função dos critérios do investigador”, isto é, no caso dessa pesquisa, foram considerados os critérios referentes a representação de grupos determinados a partir de alguns aspectos como gênero; grupo que fundou o sindicato (aspectos históricos); grupo que faz parte do sindicato em sua formação mais recentemente; docentes que se afastaram do movimento docente; docentes que permanecem sindicalizados (Thiollent, 1982, p. 86).

Como parte do estudo desenvolvido, também identificamos o perfil dos docentes que atuaram na direção do sindicato, de 1994 a 2018. Essa análise apresenta-se como fundamental para compreendermos também as motivações de aproximação e afastamento de docentes do movimento sindical. Para essa caracterização, consideramos questões como gênero, estado civil, formação acadêmica inicial, titulação acadêmica, ano de ingresso na UNIFAP como docente, classe e regime de trabalho.

Com base nas respostas ao questionário, a direção executiva do sindicato, no período de 1994 a 2018, foi formada, em sua maioria, por docentes do gênero masculino, 17 (63%). Pouco mais de 1/3, portanto, foi composto por pessoas do gênero feminino, 10 (37%). Este percentual é abaixo do índice de participação das docentes na UNIFAP e de sindicalizadas, 46% e 45% respectivamente. A baixa participação das mulheres na direção executiva acaba se aproximando do dado sobre o número de mulheres sindicalizadas no sindicato, inibido em relação ao quantitativo de pessoas do gênero masculino.

Conforme Ferreira (2004), a participação de mulheres no ambiente sindical relaciona-se com o tipo de inserção no mundo do trabalho, tendo em conta o processo de divisão sexual do trabalho. Essa inserção tem como caracterização situações ligadas às desigualdades entre os sexos; logo, esse é um dos elementos de fundo que identifica a tímida participação de mulheres nas atividades sindicais.

Outros fatores marcam essa baixa participação como empregos caracterizados por instabilidade, informalidade, baixos salários, isto é, no setor informal; quando se tem emprego no setor formal existe a falta de reconhecimento e a perspectiva formal; a dupla jornada de trabalho (com o trabalho doméstico realizado na própria casa); o machismo, uma vez que maridos/pais buscam limitar essa participação de esposas/filhas por considerarem não ser um ambiente feminino; o fato de mulheres não se sentirem habilitadas a disputar esse espaço na hora de discursar ou fazer proposições, sentindo-se melhor em cargos de execução, entre outros (Ferreira, 2004).

É evidente que os fatores elencados que colaboram para essa compreensão, inibida participação das mulheres no ambiente sindical, principalmente nos cargos de destaque, não expressam a totalidade do fenômeno, nem mesmo a sua complexidade, mas evidenciam que os processos dessa participação/não participação são históricos e socialmente construídos.

Vale destacar uma decisão histórica que ocorreu no 38º Congresso do ANDES-SN, em Belém (PA), no qual se aprovou a paridade de gênero para a diretoria do Sindicato Nacional, que fortalece a participação de mulheres nos espaços de decisão e de direção. Aprovou-se, na ocasião, que, dos 11 cargos do bloco nacional da presidência, secretaria e tesouraria, no mínimo, 6 deverão ser ocupados por mulheres. Também, deverá haver, no mínimo, 50% de mulheres na composição das direções regionais e vice-presidências regionais (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior [ANDES-SN], 2019).

Ocupar espaços de poder, especialmente em sindicatos de base classista, é abrir caminho para participação social, histórica e política de mulheres no sentido de dar visibilidade, lutar por pautas específicas, dar voz e vez para esse grupo que compõe a classe trabalhadora, o que colabora com o processo de unidade, organização e fortalecimento de outras lutas da própria classe.

Quanto ao estado civil, 11 (40%) indicaram ser casados/as; 10 (37%) identificaram-se como solteiros/as; 4 (15%), em união estável; e 2 (7%), separados. Em relação à classe na carreira docente, 11 são adjuntos; 7 assistentes; 5 associados; e 4 auxiliares de ensino. Sobre o regime de trabalho, 26 (90%) estão vinculados à instituição sob o regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (DE) e apenas 1 (10%) possui vínculo de Tempo Parcial de 20h.

Os dirigentes do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, em sua maioria, têm formação acadêmica inicial na área das Ciências Humanas, 23 (87%). Nas áreas de Ciências Exatas, são 2 (8%) e Biológicas também 2 (5%). Todos os docentes que atuaram na direção executiva do sindicato possuem formação em nível de pós-graduação. Mais da metade é de doutores, 18 (67%); 4 (15%) são mestres e 5 (18%) são especialistas.

Consideramos importante problematizar essa questão, tendo em vista o fato de a formação inicial desses dirigentes ser, na maioria, da área das Ciências Humanas. É evidente que isso não constitui um problema, contudo parece haver entendimento de que a militância seja algo específico dessa área do conhecimento. A luta, no entanto, é mais abrangente e se revela a necessidade e, ao mesmo tempo, o desafio para o sindicato articular ações para o envolvimento de docentes das outras áreas do conhecimento, como das áreas de Exatas e Biológicas. Isso indica a necessidade de o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN buscar maior atuação na formação de docentes dessas áreas, criando mecanismos que possibilitem o envolvimento dos trabalhadores dessas referidas áreas.

Para efeito deste estudo, consideramos aproximação do sindicato um conjunto de elementos em diferentes estágios: participação em assembleias e outras atividades do sindicato; filiação e participação na direção da entidade. Já o afastamento é definido por não mais atuar em tais espaços e, sobretudo, com o pedido de desfiliação. Os participantes da pesquisa se encontravam no momento da investigação níveis distintos de aproximação e afastamento da entidade: atuais e ex-dirigentes, participantes dos espaços deliberativos e aqueles que apenas mantinham-se filiados e também os que já não mais permaneciam sindicalizados, inclusive por decisão de não mais contribuir com o ANDES-SN.

## **Motivos para Aproximação, Atuação ou Afastamento do Movimento Sindical Docente**

Como já discutimos, os sindicatos, ao longo dos anos, desenvolveram-se como instrumento de defesa e representação dos interesses da classe trabalhadora – obviamente, é preciso considerar os processos de correlação de força que colaboram para a formação de diferentes tipos de sindicatos (combativos, negocial, sistêmico etc.). Apontamos também que as mudanças na economia e nas formas de produção da sociedade incidem em transformações na organização dos trabalhadores, provocando, assim, desafios e problemáticas.

Para além dessas questões, é preciso destacar as ofensivas ideológicas sofridas pelo sindicalismo, de modo geral, por meio do pensamento e das políticas neoliberais. A ideologia neoliberal propaga o individualismo, além de buscar desacreditar, por parte dos trabalhadores, os sindicatos como instrumentos organizativos e combativos.

Para analisar as problemáticas postas ao sindicalismo de docente do SINDUFAP, consideramos três questões centrais: a) motivações dos docentes para se aproximarem do sindicato; b) motivações que os conduziram para atuarem na direção executiva; c) motivações que podem levar ao afastamento dos docentes no movimento sindical.

### **Motivações dos Docentes para se Aproximarem do Sindicato**

Quanto aos motivos para se aproximar do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, indicamos em questão fechada no questionário, a partir do grau de relevância para o sujeito (nada

relevante, pouco relevante, relevante e muito relevante) os seguintes itens: papel do sindicato na organização da categoria docente; convite de colega(s) de trabalho; debates e mobilização da Direção do sindicato; articulação com as lutas da classe trabalhadora; condições precárias de trabalho na universidade; participação em assembleias, greves e paralisações; busca de assessoria jurídica; festas e confraternizações; convênios com planos de saúde e outros serviços; defesa da universidade pública; relação com partidos políticos; relação com movimentos sociais e/ou populares; relação com centrais sindicais; estrutura organizativa do sindicato.

Todas as questões elencadas no questionário apareceram com bastante relevância. Porém, algumas foram mais acentuadas como “muito relevante”: a defesa da universidade pública (27); papel do sindicato na organização da categoria docente (21); condições precárias de trabalho na universidade (17); participação em assembleias, greves e paralisações (16).

Sobre tais aspectos, observamos que a aproximação desses sujeitos ao sindicato está estreitamente ligada à relação trabalho-educação. Em grande medida esses sujeitos identificam a necessidade de organização sindical para enfrentar os processos de transformação produtivas que implicam diretamente na educação, inclusive nas universidades públicas.

A partir das transformações na relação trabalho-educação, têm-se, em linhas gerais, fenômenos de precarização tanto do trabalho quanto das condições de trabalho na universidade com consequências negativas para os seus trabalhadores como adoecimento; precarização da própria instituição que altera, inclusive, a sua identidade enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão; intensificação do trabalho docente; entre outros aspectos.

Alguns estudos (Ferraz, 2008; Lima, 2011; Silva, 2013) consideram que a precarização e a intensificação do trabalho docente no ensino superior têm como pano de fundo as alterações do mundo do trabalho no contexto do capital financeiro e as alterações transcorridas no papel do Estado brasileiro, a partir da década de 1990. Ferraz (2008, p. 10), ao tratar da precarização do trabalho docente, analisa esse fenômeno à luz de três determinações:

A primeira delas é a determinação estrutural que engendra uma nova fase no padrão de acumulação do capital. A segunda se refere à tradução desta tendência mais geral no processo de trabalho. A terceira determinação se refere às implicações político-ideológicas e culturais que o fenômeno produz no processo de constituição dos trabalhadores em classe, com ênfase em uma fração de classe importante do proletariado brasileiro nacional, ou seja, os docentes do ensino superior.

Nessa linha de pensamento, a precarização do trabalho docente se situa no contexto de novas formas de potencialização da exploração do trabalho. Por isso, tanto o tema da precarização quanto o da intensificação do trabalho docente se interliga com uma totalidade que anuncia mudanças estruturais no modo de produção – o que, de alguma forma, conduz esses trabalhadores a buscarem formas de representação, organização e luta por direitos através de sindicatos.

Vale lembrar que o papel do Estado no contexto de intensificação e precarização do trabalho é basilar. Haja vista que a redefinição de suas funções provoca alterações na política social em geral e, em particular, na educação superior e no trabalho dos docentes universitários. “Alicerçada no modelo gerencial de Estado em conformidade com a lógica de empresariamento, que tem na apropriação privada dos conteúdos públicos a sua centralidade” (Lima, 2011, p. 151).

Para além desses aspectos que envolvem intensificação e precarização do trabalho docente, os docentes ex-dirigentes indicaram como motivo para se aproximarem ou se filiarem à Seção Sindical a defesa da universidade pública. Defender a universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada coincide com as propostas do Sindicato Nacional para a universidade brasileira expressa no Caderno do ANDES-SN de número 2.

O referido Caderno apresenta formulações cuja perspectiva está em garantir o exercício de direitos sociais universais (educação, saúde etc.) articulados a interesses e lutas gerais dos trabalhadores brasileiros. Assim, para o Sindicato Nacional, a universidade pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada constitui a forma de se pensar a instituição de ensino superior e expressa, dessa maneira, o compromisso do movimento de docentes com a construção de uma sociedade mais justa.

É flagrante, nesse sentido, que a defesa da universidade pública como motivo de aproximação desses docentes que atuaram na direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN carrega esses princípios de luta e defesa do ensino.

Outros motivos que os conduziram à aproximação ao movimento sindical da UNIFAP, indicados em questão aberta, foram consciência de classe; cooperação na organização das lutas sociais de caráter mais identitário como as lutas anti-opressivas racistas, machistas e LGBTfóbicas; militância exercida por professores do sindicato com uma relação coerente estabelecida entre a teoria, o conteúdo ensinado e a prática profissional e pessoal.

Esse conjunto de motivações revela que o espaço do sindicato tem que ser plural, no sentido de receber e atender às diferentes posições, visões de mundo, diferentes demandas e necessidades. Ao mesmo tempo em que esse aspecto se revela como positivo, no sentido de reunião de uma diversidade de demandas, tem-se, também, um aspecto desafiador de unir essas diferentes demandas em torno de uma necessidade maior, que é o interesse da classe trabalhadora.

Logo, nesse aspecto de problemáticas e desafiados, o cuidado está em não limitar o sindicato a um simples “negociador” ou “conciliador”, mas conduzir ações e processos que levem a ser de fato um instrumento que organize a classe trabalhadora a uma *práxis* revolucionária.

### **Motivações que Conduziram os Dirigentes Atuarem na Direção Sindical**

Sobre os motivos que conduziram os docentes a aceitar compor a direção executiva do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN, indicamos os itens para serem marcados a partir do grau de relevância: convite de colega(s) de trabalho e/ou diretores; fortalecimento da organização docente; debates e mobilização da Direção do sindicato; luta da classe trabalhadora; melhorias das condições de trabalho; ampliação da formação político-sindical; defesa da universidade pública; orientação de partido político; experiência de atuar na direção; participação em outros movimentos sociais e populares; relação com partidos políticos; estrutura organizativa do sindicato.

Os itens assinalados pelos docentes com maior destaque foram a defesa da universidade pública (25); o fortalecimento da organização docente (22); as melhorias das condições de trabalho (21); a luta da classe trabalhadora (20); o convite de colega(s) de trabalho e/ou diretores (17).

Em linhas gerais, os motivos apontados como mais preponderantes são semelhantes aos que levam os docentes a se sindicalizarem. Isso indica que essas questões também se relacionam com a visão de mundo e universidade defendida por tais sujeitos. Assim, ganham destaque a defesa da universidade pública, a melhoria de condições de trabalho, muito próximo ao processo de precarização e intensificação do trabalho docente, e a luta da classe trabalhadora, entre outros.

Outras motivações que os conduziram a compor a direção executiva do sindicato, indicados pelos sujeitos em questão aberta, foram o combate à opressão; a recomposição do sindicato; a falta de democracia na UNIFAP. Também merece destaque a indicação de afastamento de algumas lideranças do sindicato, seja para formação acadêmica ou redistribuição para outra universidade, o que evidenciou a necessidade de formação de um grupo para realizar os trabalhos da executiva.

Naquele momento, compreendi a dificuldade para a formação de um grupo que topasse pegar os trabalhos nas mãos. Mas era necessário formar um grupo, pois o afastamento daquelas lideranças deixava o sindicato em certa posição de fragilidade.

Pelo menos, assim o viam alguns. Pensei em colaborar, mesmo com pouca experiência de militância. (Relato do Dirigente Sindical 05).

A questão levantada revela, assim, a necessidade que o sindicato tinha de formar novas lideranças. É claro que essa necessidade surgiu a partir de mais fatores não elencados, não sendo exclusivos os fatos de redistribuição institucional ou de saída para formação acadêmica de algumas lideranças. É possível perceber, em certa medida, dificuldades internas para a formação de novos dirigentes e a formação de novos quadros para a composição, inclusive, da direção executiva. Tal problemática deve ser considerada, já que uma das motivações consideradas relevante para se compor a direção executiva foi o convite de colega(s) de trabalho e/ou diretores.

Torna-se pertinente tal questão, tendo em vista o cenário de profunda crise do sindicalismo no mundo inteiro. Isso ocorre no bojo da crise estrutural do capital, com queda de representatividade e de poder de articulação dos sindicatos, que acabam assumindo uma postura negociadora e contratualista, sobretudo, por causa das transformações ocorridas com o avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva em escala mundial (Alves, 2003). Evidencia-se, assim, a crise de um modelo específico de sindicalismo, com estratégia e prática sindical de um sindicalismo cidadão, que perde espaço num mundo sob domínio da ditadura do capital. Compreender esse cenário e as limitações dos sindicatos e do sindicalismo hoje é uma questão de vida ou morte para os trabalhadores, particularmente na conjuntura em que o Brasil se encontra com um governo que apresenta aspectos e contornos altamente autoritário e antidemocrático.

### **Motivações que Podem Levar ao Afastamento do Movimento Sindical Docente**

Quanto aos motivos que contribuem, na perspectiva dos sujeitos, para os docentes se afastarem do movimento sindical, tendo como resultado o processo de desfiliação, indicamos os seguintes itens, considerando também a mesma escala de relevância das questões anteriores: atendimento das expectativas da categoria docente; serviço de cunho assistencial e social; contribuição sindical; excesso de greves, assembleias e paralisações; intensificação do trabalho (atividades acadêmicas); relação com partidos políticos; relação com outros movimentos sociais; relação do sindicato com as centrais sindicais; compreensão do papel do sindicato; concepção de universidade; falta de mobilização da direção do sindicato; preocupação com retaliações das administrações superiores; relações interpessoais com diretores ou outros membros da base do sindicato; divergências com a linha política adotada pelo sindicato; demandas pessoais e familiares; cargos acadêmicos e/ou administrativos; dificuldade do sindicato em fazer formação política; manipulação, por parte da direção, em favor de interesses pessoais, de grupos restritos; estrutura organizativa do Sindicato.

Os motivos indicados como “relevantes” ou “muito relevantes”, de acordo com a percepção dos ex-dirigentes, foram: relação com outros movimentos sociais (25); serviço de cunho assistencial e social (22); intensificação do trabalho como atividades acadêmicas (21); excesso de greves, assembleias e paralisações (20); atendimento das expectativas da categoria docente (17); relação com partidos políticos (15).

Essas motivações aproximam-se, em certa medida, com o tipo de concepção da categoria sobre a função e o papel do sindicato. Essa concepção, por sua vez, acaba sendo variada, inclusive, pelas diferentes formas de compreensão de mundo; pela influência, na subjetividade desse sujeito, do pensamento neoliberal por meio do individualismo que se contrapõe ao coletivo e a luta pelo que é coletivo; a diferença em termos étários, compreensões que se desenvolveram em momentos históricos diferentes do país etc. O que revela que a construção de como conceber o sindicato (seja

ele combativo, pelego, negociado, autônomo ou não etc.) é social, histórica e tem à sua volta processos de contradição do sistema econômico vigente e da política que o rege.

As diferentes formas de conceber o papel e a função do sindicato podem ser indicadas como aquela entidade que defende causas individuais (questões mais jurídicas); uma organização assistencialista/paternalista; um instrumento de defesa e luta de direitos dos trabalhadores; uma entidade importante, mas não essencial; um instrumento mais próximo às questões do associativismo com serviços assistenciais, com uma concepção mais alheia ao debate político etc.

Nesse horizonte, essas diferentes concepções podem indicar o fato de se considerar o sindicato como instrumento de luta do conjunto dos trabalhadores, mas também como organismo não essencial que pode conduzir processos de descrença de que, por meio da luta coletiva e organizada, podem-se gerar mudanças concretas. Esse último aspecto acaba sendo preocupante e deve ser considerado pelo sindicato. Um dos entrevistados assevera que:

[...] cabe ao sindicato, não exatamente a direção, mas o conjunto dos seus sindicalizados, fazer um exercício de mostrar a relevância do sindicato para os colegas, para o restante da categoria. Vivemos, hoje, momentos de ataque aos nossos direitos sociais, previdenciários, trabalhistas, e tudo mais, e essa movimentação pode ser extremamente relevante no sentido de fazer com que os colegas, por exemplo, que veem menos importância no sindicato, entenderem sua relevância e assim se envolverem, sindicalizar-se e fortalecer esse sindicato (Relato do Dirigente Sindical 10).

Logo, o desafio posto ao sindicato, tanto direção quanto base, é de empregar ações para evitar que os docentes se afastem do movimento sindical no sentido de fortalecimento da luta não só em momentos de ataques aos direitos sociais, mas com vistas à construção de uma sociedade mais justa, que sejam ações permanentes e não pontuais.

Outra motivação apresentada pelos docentes em questão aberta trata de divergências político-partidárias, especificamente as que levam o sujeito a fazer oposição às escondidas e não de forma direta por meio dos ciclos de debate coletivo e das assembleias. Esse aspecto também foi elencado em questão fechada; porém há o item explicativo que chama a atenção: o de “fazer oposição às escondidas”, além da influência de partidos políticos, o que revela a disputa interna que existe no sindicato.

No caso específico das mulheres, os docentes indicaram, em questão aberta, que a tripla jornada de trabalho (trabalho doméstico, criação dos filhos/filhas, trabalho na universidade) tira delas o tempo para participar do movimento sindical. Essa motivação revela a complexidade na relação classe e gênero presente na sociedade, construída/constituída histórica, social e economicamente, que subalterniza, explora e favorece processos, inclusive, de invisibilidade da mulher.

Indicaram-se também motivações ligadas ao desgaste do movimento sindical como forma de organização da classe trabalhadora, das concepções que norteiam essa organização; os poucos ganhos nas greves das universidades; a ausência de transparência na utilização dos recursos do sindicato; a ausência de formação política entre boa parte dos docentes.

Sobre a última questão – ausência de formação política – destacamos que, de fato, se trata de uma das grandes problemáticas que o sindicato precisa enfrentar, tanto o Sindicato Nacional quanto o local. Não é algo recente, muito menos uma questão que não seja relevante para o movimento docente, na sua conformação ou nas suas lutas. Essa afirmação se dá a partir da origem, das funções e das realizações do Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical (GTPFS) do ANDES-SN.

Desde a origem mais remota do GT, enquanto Grupo de Trabalho de Política Sindical, o Sindicato Nacional já demonstrava a necessidade de formação política para seus sindicalizados,

porém se tinha dificuldade na execução (ou na continuidade) de algumas ações de formação por parte do grupo de trabalho.

As ações não se centravam apenas em cursos de formação para quem fazia parte da direção, mas também em ações que abrangiam todo o grupo de sindicalizados com debates, encontros, seminários e palestras para tratar de questões relacionadas à conjuntura política, social, econômica, políticas adotadas pelos governos, entre outras. Assim, mesmo diante de dificuldades, percebe-se a preocupação do sindicato em construir um debate qualificado, por meio do GTPFS, que colabore com o processo de formação política de seus sindicalizados.

Ademais, algumas das questões elencadas como “muito relevantes”, que podem conduzir os sujeitos a se afastarem do movimento sindical da UNIFAP e até se desfiliarem do sindicato, podendo-se indicar dois aspectos. Um diz respeito a ações do próprio sindicato e suas questões internas (ausência de serviço de cunho assistencial e social, excesso de greves, assembleias e paralisações, não atendimento das expectativas corporativas da categoria docente, a forma de conceber o papel e a função do sindicato); já o outro aspecto evidencia questões externas ao sindicato (relação com outros movimentos sociais, intensificação do trabalho como atividades acadêmicas, relação com partidos políticos).

Dessa forma, têm-se questões internas e externas ao sindicato, que podem conduzir ao afastamento de docentes do movimento sindical e até sua desfiliação do sindicato. Tanto uma questão quanto outra merece atenção por parte do sindicato para que se efetivem ações que visem evitar o afastamento desses sujeitos.

É evidente que os motivos apresentados são uma parte (ou aparência) do fenômeno que conduz os docentes a se afastarem do movimento sindical da UNIFAP. Mas o conjunto de motivos apresentados, tanto na questão fechada quanto na aberta, no questionário, revela os desafios e as problemáticas que o sindicato precisa enfrentar. Como caso exemplar, tem-se o atual governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, que tem claramente uma postura de defesa dos interesses da burguesia nacional e internacional, aliado com autoritarismo e conservadorismo, o que coloca para o movimento sindical de modo geral a resistência e a mobilização social como forma de sua própria existência.

Ao mesmo tempo em que observamos a importância e a necessidade de unidade, é preciso levar em consideração que essa articulação com lutas mais gerais da própria classe trabalhadora deve considerar a articulação tanto na esfera nacional quanto na internacional. O sindicato/sindicalismo por si só apresenta limites (e alcances), como já vimos, indo além da luta meramente econômica e política “vinculada à dimensão do trabalho assalariado e à reprodução da lógica do capital” (Alves, 2003, p. 206). Conforme Alves (2003, p. 207), Marx já demonstrava a tese de que “os limites do sindicalismo estão postos pela sua natureza essencialmente defensiva”; isto é, a luta meramente econômica que flutua no movimento do próprio capital.

Nesse sentido, um dos dirigentes sindicais destaca que

[...] o sindicato precisa ter articulações com lutas mais gerais, ou seja, não dá para compreender o SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN e o ANDES-SN como um sindicato com fim em si mesmo. E é preciso contextualizá-lo em um contexto mais amplo. Veja, na luta sindical nacional e até em nível internacional uma vez que o projeto hegemônico no Brasil não está isolado de um projeto hegemônico que está em nível internacional, por exemplo. Então, a ideia é que possamos articular as lutas do ANDES-SN e do SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN às lutas nacionais. Esse é o sentido que o sindicato precisa ter e sabendo também dos limites que tem o sindicato. O sindicato embora lute por um direito, pelas condições de trabalho, esse basicamente constitui centralmente o seu limite. O sindicato, pela sua natureza, embora ele possa contribuir para uma transformação social, ele por si apresenta esse

limite, ele por si não transforma, ele tem essa limitação. Então, é preciso articular e compreender a luta e o sentido do sindicato como parte desse processo de transformação da sociedade no seu sentido mais amplo. (Relato do Dirigente Sindical 02).

O relato suscita questões relativas ao projeto macro e global da ofensiva do capital contra a classe trabalhadora por meio do projeto hegemônico inculcando concepções do neoliberalismo. É preciso sair de dentro da lógica do próprio capitalismo, que busca desarticular o movimento organizado da classe trabalhadora. Assim, parece fundamental reconhecer e analisar os limites (e alcances) do próprio sindicato/sindicalismo, bem como o seu valor, considerando os aspectos que lhe permitem ser de fato um instrumento de luta da classe trabalhadora.

### **Considerações Finais**

Para analisarmos as problemáticas e, conseqüentemente, os desafios impostos ao sindicalismo de docentes da Universidade Federal do Amapá, organizados no SINDUFAP, foi preciso compreendermos, inicialmente, o contexto maior ao qual a temática está inserida, a conjuntura das políticas e da própria ideologia neoliberal que ganhou força no Brasil, a partir da década de 1990.

Evidenciamos, por meio da literatura, que as políticas neoliberais, sejam nas versões moderadas ou extremadas, ocorridas nos diferentes governos desde sua implementação, são avassaladoras para a organização da classe trabalhadora incidindo problemáticas e desafios a serem enfrentados. Uma das problemáticas impostas ao movimento sindical docente são as ações dos governos que têm por objetivo o paralelismo no interior do movimento. É preciso, inclusive, compreender os aspectos mais gerais desse processo, como a crise do próprio sistema capitalista, por exemplo.

A partir desse preâmbulo mais totalizante, consideramos três aspectos específicos para a análise das problemáticas e, conseqüentemente, os desafios impostos ao sindicalismo dos docentes do SINDUFAP. Assim, buscamos, neste estudo, destacar os motivos que conduziram esses docentes a se aproximarem do sindicato, levando em conta os motivos que os levaram a atuarem na direção executiva, e os motivos que os podem levar ao afastamento em relação ao movimento sindical.

De modo geral, esses aspectos articulam-se, considerando as especificidades do objeto de pesquisa, com as questões mais amplas das políticas neoliberais implementadas em âmbito nacional, que acarretam conseqüências negativas que precisam ser refletidas acerca dos limites (e possibilidades) do sindicalismo de modo geral, aqui mais especificamente da educação superior. Dentre as motivações de aproximação do sindicato e a atuação em sua direção, está presente a concepção de sindicato classista, que se coloca na perspectiva de fortalecimento da classe trabalhadora em geral, e do movimento docente em particular, na luta contra o capitalismo, em defesa da educação pública, demais políticas públicas sociais, e pela ampliação (ou, no limite, resistência contra a retirada) de direitos sociais.

Em relação às motivações que levam a categoria docente a se afastar do sindicato, há questões que precisam ser resolvidas no âmbito do próprio sindicato. Nesse aspecto, merece destaque a necessária formação política e a garantia de condições para participação de mulheres, o que envolve também a luta interna e externa contra o patriarcado e o machismo ainda presente na sociedade brasileira. Porém, há outra questão externa que distancia os docentes do sindicato: a concepção sindical colaboracionista defendida por grande parte dos docentes da educação superior. Isso tem relação com o projeto de sociedade e universidade que os docentes defendem e

implementam (A. R. Guimarães, 2014). Provavelmente, a maioria dos docentes que não participam ou contribuem com a organização sindical não se compreende enquanto integrantes da classe trabalhadora. Isso também implica na luta de classes pela concepção de sindicato no âmbito da própria categoria.

Para Marx (2006), os sindicatos são centros de resistência contra as usurpações do capital, mas deixam de atingir, em parte, esse objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente (sem compreender sua força ampliada). O sindicato deixa de atingir totalmente seus objetivos quando não enfrenta o sistema e não trabalha para a transformação da sociedade, bem como para emancipação definitiva da classe trabalhadora. Isso também implica considerar o próprio sindicato como instância formativa dos sujeitos.

Atualmente, um dos maiores desafios é o fortalecimento de um sindicalismo de base classista com suas lutas vinculadas aos objetivos e às estratégias da classe trabalhadora. Um “sindicalismo que priorize o esforço pedagógico, de estímulo à consciência revolucionária da classe”, que “contribua para construção de um instrumento afiado de luta pela conquista do poder político, objetivando a superação da escravidão capitalista e a construção do socialismo” (Alves, 2003, p. 10). Marx (2006), dessa maneira, já alertava que as formas de organização da classe trabalhadora não devem ter um fim em si, mas conduzir um processo revolucionário que busque a abolição do sistema de trabalho assalariado. Logo, a classe trabalhadora, ao construir suas estruturas organizativas, deve congrega não apenas as lutas mais imediatas e parciais, mas saltar dessas para a luta universal e revolucionária.

### Agradecimentos

Agradecemos a todas e a todos os docentes filiados ao SINDUFAP/Seção Sindical do ANDES-SN que participaram da pesquisa. Alguns, mesmo estando em outro estado, ou mesmo gozando de suas férias, da aposentadoria, aceitaram participar, seja respondendo ao questionário ou participando da entrevista. Fica aqui nosso sincero agradecimento a todas e todos os docentes que lutam incessantemente pela educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

### Referências

- Alves, G. (2003). *Limites do sindicalismo: Marx, Engels e a crítica da economia política*. Bauru: Editora Praxis.
- Amaral, N. C. (2003). *Financiamento da Educação Superior: Estado X Mercado*. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP.
- Antunes, R. (1985). *O que é sindicalismo?* São Paulo: Brasiliense.
- Antunes, R. (2009). *Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. & Silva, J. B. (2015). Para onde foram os sindicatos? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial. *Caderno CRH*, 28(75), 511-528. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792015000300511&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792015000300511&script=sci_abstract&tlng=pt).
- Araújo, A. M. C. & Oliveira, R. V. (2014). O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: R. V. Oliveira, M. A. Bridi, & M. Ferraz, *O sindicalismo na era LULA: Paradoxos, perspectivas e olhares* (pp. 29-59). Belo Horizonte: Fino Traço.
- Bakhtin, M. (2006). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

- Bauer, C., Diniz, M. I. & Paulista, C. (2013). O sindicato na sociedade capitalista e as exterioridades do sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil. In C. Bauer, M. I. Diniz, & C. Paulista (Orgs.). *Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em educação no Brasil* (pp. 5-64). Jundiaí: Paco Editorial.
- Behring, E. R. (2008). *Brasil em Contra-reforma: Desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez.
- Boito, A., Jr. (1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- Chaves, V. L. J., Reis, L. F., & Guimarães, A. R. (2018). Dívida pública e financiamento da educação superior no Brasil. *Acta Scientiarum Education*, 40.
- Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico. (2019). Quem somos. Disponível em <https://www.proifes.org.br>.
- Fernandes, F. (1995). *Em busca do socialismo: Últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xamã.
- Ferraz, C. L. (2008). Trabalho docente, precarização e a nova hegemonia do capital. *Universidade e Sociedade*, 42.
- Ferreira, M. O. V. (2004). Mulheres e homens em sindicato docente: Um estudo de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 34(122), 391-410.
- Guimarães, A. R. (2014). *Trabalho docente universitário: Participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA*. Tese (Doutorado em Educação). Belém: Universidade Federal do Pará – Programa de Pós-Graduação em Educação.
- Guimarães, M. C. P., Jr. (2016). *O surgimento da Coordenação Nacional de Lutas Sociais (CONLUTAS) frente ao processo de resistências e adaptações do movimento sindical no Brasil à lógica do capital*. Dissertação (Mestrado em História). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
- Lima, K. (2007). *Contra-reforma na educação superior: De FHC a Lula*. São Paulo: Xamã.
- Lima, K. (2011). Precarização e intensificação: As novas faces do trabalho docente no Brasil. *Universidade e Sociedade*, 47.
- Maciel, D. (2010). “Melhor impossível”: A nova etapa da hegemonia neoliberal sob o Governo Lula. *Universidade e Sociedade*, 20(46), 120-143.
- Maciel, D. (2013). *De Lula à Dilma Rousseff: Crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política*. Disponível em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel-2.pdf>.
- Mancebo, D. (2017). Crise político-econômica no Brasil: Breve análise da educação superior. *Educ. Soc.*, 38 (141), 875-892. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000400875&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000400875&script=sci_abstract&tlng=pt).
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2017). *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Martins, H. S. & Rodrigues, I. J. (1999). O sindicalismo brasileiro na segunda metade dos anos 90. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, 11(2), 155-182.
- Marx, K. (2006). *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. (Trad. J. Barata-Moura & Á. Pina.) São Paulo: Expressão Popular.
- Mattos, M. B. (2013). Uma greve, várias lições. A greve das universidades federais do Brasil em 2012. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, 10(IV).
- Navarro, I. P. (2001). *ANDES-SN: Um sindicato de intelectuais história e memória (1981-1994)*. Cuiabá: ADUFMAT.
- Sguissardi, V. (2009). *Universidade brasileira no século XXI: Desafios do presente*. São Paulo: Cortez.
- Silva, H. T. L. (2013). “Não vim pra ficar, estou só de passagem”: A precarizada vida dos professores substitutos da FASSO/UERN. *Universidade e Sociedade*, 52.
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. (2008). *Desafios da organização sindical no Brasil nos termos da proposta do ANDES-SN*. Brasília: ANDES-SN.

- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. (2005). *24º Congresso Nacional: Relatório Final*. Curitiba-PR. Brasília: ANDES-SN. Disponível em <http://portal.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>.
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. (2019). *38º Congresso Nacional: Relatório Final*. Belém-PA. Brasília: ANDES-SN. Disponível em <http://portal.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>.
- Thiollent, M. (1982). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis.

## Sobre os Autores

### **Michelle Karoline Pereira da Silva**

Universidade Federal do Amapá

[michellesilvam12@gmail.com](mailto:michellesilvam12@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7882-8057>

Mestre em Educação, na linha de Políticas Educacionais, pela Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP). Possui graduação em Pedagogia pela UNIFAP (2015); especialização em Política Educacional pela UNIFAP (2016); especialização em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas - FATECH (2016).

### **André Rodrigues Guimarães**

Universidade Federal do Amapá

[andre\\_unifap@yahoo.com.br](mailto:andre_unifap@yahoo.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1153-0771>

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (2014), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá (2008) e Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (2003). Professor Adjunto II da Universidade Federal do Amapá e Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação (Mestrado) da UNIFAP. Docente da Linha de Pesquisa Políticas Educacionais do Mestrado em Educação e do Curso de Especialização em Política Educacional (UNIFAP). Exerce a função de Coordenador Estadual Amapá da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), período 2016-2018. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Educacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: expansão e financiamento da educação superior, trabalho docente, função social da escolarização, neoliberalismo e reformas educacionais.

## Sobre as Editoras Convidas

### **Deise Mancebo**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

[deise.mancebo@gmail.com](mailto:deise.mancebo@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0001-8312-4495>

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Coordenadora da Rede Universitas/Br.

### **Kátia Maria Teixeira Santorum**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

[katia.santorum@gmail.com](mailto:katia.santorum@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0003-2830-157X>

Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca / Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana.

**Carla Vaz dos Santos Ribeiro**

Universidade Federal do Maranhão

[carlavazufma@gmail.com](mailto:carlavazufma@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0002-5518-9619>

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Associada da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora e professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFMA. Integrante da Rede Universitas/Br.

**Denise Bessa Léda**

Universidade Federal do Maranhão

[denise.bessa.leda@gmail.com](mailto:denise.bessa.leda@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0002-8696-6126>

Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal do Maranhão. Professora permanente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão. Membro da Rede Universitas/Br e do Grupo de Pesquisa Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.

## Dossiê Especial O Trabalho no Ensino Superior

### archivos analíticos de políticas educativas

Volume 28 Número 16

20 de janeiro 2020

ISSN 1068-2341



Los/as lectores/as pueden copiar, mostrar, distribuir, y adaptar este artículo, siempre y cuando se de crédito y atribución al autor/es y a Archivos Analíticos de Políticas Educativas, los cambios se identifican y la misma licencia se aplica al trabajo derivada. Más detalles de la licencia de Creative Commons se encuentran en <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/>. Cualquier otro uso debe ser aprobado en conjunto por el autor/es, o AAPE/EPAA. La sección en español para Sud América de AAPE/EPAA es publicada por el *Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University* y la *Universidad de San Andrés* de Argentina. Los artículos que aparecen en AAPE son indexados en CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Por errores y sugerencias contacte a [Fischman@asu.edu](mailto:Fischman@asu.edu)

Síguenos en EPAA's Facebook comunidad at <https://www.facebook.com/EPAAAPE> y en Twitter feed @epaa\_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas  
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Andréa Barbosa Gouveia** (Universidade Federal do Paraná), **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV), **Sheizi Calheira de Freitas** (Federal University of Bahia), **Maria Margarida Machado**, (Federal University of Goiás / Universidade Federal de Goiás), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

**Almerindo Afonso**  
Universidade do Minho  
Portugal

**Alexandre Fernandez Vaz**  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, Brasil

**José Augusto Pacheco**  
Universidade do Minho, Portugal

**Rosanna Maria Barros Sá**  
Universidade do Algarve  
Portugal

**Regina Célia Linhares Hostins**  
Universidade do Vale do Itajaí,  
Brasil

**Jane Paiva**  
Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Maria Helena Bonilla**  
Universidade Federal da Bahia  
Brasil

**Alfredo Macedo Gomes**  
Universidade Federal de  
Pernambuco Brasil

**Paulo Alberto Santos Vieira**  
Universidade do Estado de Mato  
Grosso, Brasil

**Rosa Maria Bueno Fischer**  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Brasil

**Jefferson Mainardes**  
Universidade Estadual de Ponta  
Grossa, Brasil

**Fabiany de Cássia Tavares Silva**  
Universidade Federal do Mato  
Grosso do Sul, Brasil

**Alice Casimiro Lopes**  
Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Jader Janer Moreira Lopes**  
Universidade Federal Fluminense  
e Universidade Federal de Juiz de  
Fora, Brasil

**António Teodoro**  
Universidade Lusófona  
Portugal

**Suzana Feldens Schwertner**  
Centro Universitário Univates  
Brasil

**Debora Nunes**  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Norte, Brasil

**Lílian do Valle**  
Universidade do Estado do Rio de  
Janeiro, Brasil

**Geovana Mendonça Lunardi  
Mendes** Universidade do Estado  
de Santa Catarina

**Alda Junqueira Marin**  
Pontifícia Universidade Católica  
de São Paulo, Brasil

**Alfredo Veiga-Neto**  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Brasil

**Flávia Miller Naethe Motta**  
Universidade Federal Rural do Rio  
de Janeiro, Brasil

**Dalila Andrade Oliveira**  
Universidade Federal de Minas  
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas  
consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Felicitas Acosta** (Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina), **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Ignacio Barrenechea**, **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Carolina Guzmán-Valenzuela** (University of Chile), **Veronica Gottau** (Universidad Torcuato Di Tella), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Paula Razquin**, **Axel Rivas** (Universidad de San Andrés), **Maria Veronica Santelices** (Pontificia Universidad Católica de Chile), **Maria Alejandra Tejada-Gómez** (Pontificia Universidad Javeriana, Colombia)

**Claudio Almonacid**

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

**Miguel Ángel Arias Ortega**

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

**Xavier Besalú Costa**

Universitat de Girona, España

**Xavier Bonal Sarro** Universidad Autónoma de Barcelona, España

**Antonio Bolívar Boitia**

Universidad de Granada, España

**José Joaquín Brunner** Universidad Diego Portales, Chile

**Damián Canales Sánchez**

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

**Gabriela de la Cruz Flores**

Universidad Nacional Autónoma de México

**Marco Antonio Delgado Fuentes**

Universidad Iberoamericana, México

**Inés Dussel**, DIE-CINVESTAV,

México

**Pedro Flores Crespo** Universidad

Iberoamericana, México

**Ana María García de Fanelli**

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

**Juan Carlos González Faraco**

Universidad de Huelva, España

**María Clemente Linuesa**

Universidad de Salamanca, España

**Jaume Martínez Bonafé**

Universitat de València, España

**Alejandro Márquez Jiménez**

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

**María Guadalupe Olivier Tellez**, Universidad Pedagógica Nacional, México

**Miguel Pereyra** Universidad de Granada, España

**Mónica Pini** Universidad Nacional de San Martín, Argentina

**Omar Orlando Pulido Chaves**

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

**José Ignacio Rivas Flores**

Universidad de Málaga, España

**Miriam Rodríguez Vargas**

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

**José Gregorio Rodríguez**

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

**Mario Rueda Beltrán** Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

**José Luis San Fabián Maroto**

Universidad de Oviedo, España

**Jurjo Torres Santomé**, Universidad de la Coruña, España

**Yengny Marisol Silva Laya**

Universidad Iberoamericana, México

**Ernesto Treviño Ronzón**

Universidad Veracruzana, México

**Ernesto Treviño Villarreal**

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

**Antoni Verger Planells**

Universidad Autónoma de Barcelona, España

**Catalina Wainerman**

Universidad de San Andrés, Argentina

**Juan Carlos Yáñez Velazco**

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives  
editorial board

**Lead Editor: Audrey Amrein-Beardsley**

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Melanie Bertrand, David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Daniel Liou, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

**Cristina Alfaro**  
San Diego State University

**Gary Anderson**  
New York University

**Michael W. Apple**  
University of Wisconsin, Madison

**Jeff Bale**  
University of Toronto, Canada

**Aaron Bevanot** SUNY Albany

**David C. Berliner**

Arizona State University

**Henry Braun** Boston College

**Casey Cobb**

University of Connecticut

**Arnold Danzig**

San Jose State University

**Linda Darling-Hammond**

Stanford University

**Elizabeth H. DeBray**

University of Georgia

**David E. DeMatthews**

University of Texas at Austin

**Chad d'Entremont** Rennie Center  
for Education Research & Policy

**John Diamond**

University of Wisconsin, Madison

**Matthew Di Carlo**

Albert Shanker Institute

**Sherman Dorn**

Arizona State University

**Michael J. Dumas**

University of California, Berkeley

**Kathy Escamilla**

University of Colorado, Boulder

**Yariv Feniger** Ben-Gurion

University of the Negev

**Melissa Lynn Freeman**

Adams State College

**Rachael Gabriel**

University of Connecticut

**Amy Garrett Dikkers** University  
of North Carolina, Wilmington

**Gene V Glass**

Arizona State University

**Ronald Glass** University of  
California, Santa Cruz

**Jacob P. K. Gross**

University of Louisville

**Eric M. Haas** WestEd

**Julian Vasquez Heilig** California  
State University, Sacramento

**Kimberly Kappler Hewitt**

University of North Carolina

Greensboro

**Aimee Howley** Ohio University

**Steve Klees** University of Maryland

**Jaekyung Lee** SUNY Buffalo

**Jessica Nina Lester**

Indiana University

**Amanda E. Lewis** University of  
Illinois, Chicago

**Chad R. Lochmiller** Indiana

University

**Christopher Lubienski** Indiana

University

**Sarah Lubienski** Indiana University

**William J. Mathis**

University of Colorado, Boulder

**Michele S. Moses**

University of Colorado, Boulder

**Julianne Moss**

Deakin University, Australia

**Sharon Nichols**

University of Texas, San Antonio

**Eric Parsons**

University of Missouri-Columbia

**Amanda U. Potterton**

University of Kentucky

**Susan L. Robertson**

Bristol University

**Gloria M. Rodriguez**

University of California, Davis

**R. Anthony Rolle**

University of Houston

**A. G. Rud**

Washington State University

**Patricia Sánchez** University of

University of Texas, San Antonio

**Janelle Scott** University of

California, Berkeley

**Jack Schneider** University of

Massachusetts Lowell

**Noah Sobe** Loyola University

**Nelly P. Stromquist**

University of Maryland

**Benjamin Superfine**

University of Illinois, Chicago

**Adai Tefera**

Virginia Commonwealth University

**A. Chris Torres**

Michigan State University

**Tina Trujillo**

University of California, Berkeley

**Federico R. Waitoller**

University of Illinois, Chicago

**Larisa Warhol**

University of Connecticut

**John Weathers** University of

Colorado, Colorado Springs

**Kevin Welner**

University of Colorado, Boulder

**Terrence G. Wiley**

Center for Applied Linguistics

**John Willinsky**

Stanford University

**Jennifer R. Wolgemuth**

University of South Florida

**Kyo Yamashiro**

Claremont Graduate University

**Miri Yemini**

Tel Aviv University, Israel